

CAPÍTULO 8

A Plataforma Inconsciente do Casal¹

INTRODUÇÃO

OS CASAIS sentem, sem querer nem poder impedi-lo, que tendem a situar compulsivamente o outro na posição de objeto ilusório, como se fosse um recorte estereotipado que atrai, fascina, irrita e gera violência. Enquanto o outro, inevitavelmente diferente, não se superpõe completamente ao lugar de ilusão, é vivido como intruso e perde todo o encanto que se pensava ter. Essa produção vincular deriva de um funcionamento primitivo, e, em nossa opinião, está ligada às exigências correspondentes ao desejo de ser e de ter cada um, para o outro, um objeto ilusório com as características peculiares descritas mais adiante. Sobre essa base, gera-se a dificuldade de admitir a diferença entre o ego e o outro, bem como seu correlato na diferença dos sexos. Conservar tal funcionamento implica escolher um determinado objeto.

Os acordos e pactos inconscientes indicam a maneira e o tipo de objeto a ser escolhido. O ser humano conta com diversas inscrições de vínculos e relações com os objetos parentais e, depois, com objetos extraparentais significativos, com os quais integrou um complexo sistema de opções, a respeito da escolha de um outro pelo ego (pois escolhe um determinado outro) e como se oferece, por sua vez, para ser escolhido por ele.

Exporemos um modelo para tornar compreensível a estrutura relacional profunda, construída na base de acordos e pactos inconscientes, cuja modalidade particular outorga sua especificidade a cada casal: a plataforma inconsciente.

PLATAFORMA INCONSCIENTE

Chamamos de plataforma inconsciente (ver comentário 4) da relação de casal a estrutura profunda que a regula, o subjacente a todas as modalidades de interação, o nível do observável. Aparentemente, nele existe um amplo espectro de modalidades de relação, sustentado pela ilusão de sua variabilidade e multiplicidade. Surgem como situações sempre diferentes da vida diária de um casal. Os integrantes do casal freqüentemente formulam suas próprias teorias explicativas, a respeito de seus conflitos. Na verdade, seus protagonistas, utilizando a indução, detectam regularidades e, a partir delas, fazem generalizações, mediante as quais imaginam poder prever. Descrevem interações encobridoras, porque passam perto da consciência. São modelos contingentes. Devem sua coerência ao caráter repetitivo de uma determinada modalidade de relação e derivam da estrutura profunda do vínculo. Serem modelos encobridores não lhes tira a importância, são observáveis, remetem a uma ordem ou estrutura inconsciente e determinam a forma de ser do casal. Para se obter modificações estruturais profundas, seria preciso utilizar uma teoria científica, a partir da qual a proposta e elaboração das contradições inconscientes adquirisse um novo significado possível.

As diversas contingências da vida produzem modificações do código. No transcurso de sua modificação, podem surgir sintomas da relação de casal. Aquilo que unia, agora é percebido como aquilo que separa. O possível sofrimento leva a se refugiar em condutas seguras, conhecidas, infantis, buscando, dessa maneira, recuperar uma sensação de certeza contra a incerteza do desconhecido, referente à evolução para a maior complexidade vincular, geradora de angústia. O conflito surge quando houver uma maior necessidade de manter imobilizado o vínculo, deixando excluídas as novas exigências do casal.

Sustentado por acordos e pactos inconsciente, fornece um código doador de sentidos implícitos. Estabelece o conjunto de regulamentos para o permitido e o proibido, para essas duas pessoas. Inclui e, por sua vez, diferencia-se dos códigos intra-subjetivos, próprios a cada um. A partir do novo código específico, cada casal, sem o saber, organiza novos acordos-entendimentos, segundo os quais seleciona, de uma gama infinita, uma determinada modalidade de relação. A plataforma é o lugar onde se produz o recorte das circunstâncias, cuja tendência à repetição pode gerar um contexto significativo.

Possui representações objetais e vínculos entre si. Contém desejos infantis insatisfeitos e também a problemática inerente à diferença dos sexos, pois em cada etapa da vida, e crise vital, adquire um novo sentido. Além disso, inclui identificações históricas primárias e secundárias, e representações socioculturais inconscientes, elementos importantes doadores de pertença, que exigem, por sua vez, novos e variados acordos nos mundos do casal.

A plataforma inconsciente é uma estrutura estável, mas não imutável. Nos casos de um casal cuja relação evolui para o crescimento, ou naqueles que recorrem a um tratamento psicanalítico de casal, pode-se identificar a qualidade dos vínculos. Dessa maneira, libera-se a disposição para outras identificações e escolhas objetais contidas na mesma estrutura, mas imobilizadas pela repetição ou recalçadas pelo conflito.

A plataforma inconsciente é o organizador da relação em suas diferentes modalidades de intercâmbio: emocional, sexual, econômica, de palavras.

OBJETO ÚNICO

Neste ponto, iremos nos ocupar das condições que, embora sejam anteriores ao estabelecimento da plataforma, possuem nela a sua representação. Essas tendências iniciais são persistentes e, possivelmente, nunca irão se apagar, terminando por serem abandonadas em um nível ilusório. Sua compreensão nos permite entender algumas características da relação de casal. Portanto, formularemos um modelo evolutivo, que supomos subjacente a toda relação de casal.

Descrição

O vínculo estável com um outro, dotado do caráter de exclusividade e necessidade, a quem ninguém poderia substituir, buscado pelo ego, sem o qual se vê ameaçado pela vivência de aniquilação, dá lugar a esse vínculo peculiar, que chamamos de "objeto único". É a primeira organização objetal ainda investida de narcisismo originário. Ela deriva a busca da sensação oceânica e de fusão com esse objeto investido, portanto, de qualidades onipotentes, onipresentes e omniscientes. Esta relação é recriada no enamoramento.

O Objeto Único é aquele que, inicialmente, fornece a ação específica, discrimina mundo interno e mundo externo, ego/não-ego, dá os primeiros índices de realidade e possui a capacidade de se antecipar ao desejo — prevê-lo —, bem como de subministrar, ao ego inerme e desamparado, um ego auxiliar

capaz de significar. O Objeto Único é a contrapartida do desamparo originário, motor e verbal, baseado na imaturidade do bebê humano. Através de uma conjugação semântica, o objeto único primitivo do desamparo originário associa-se com o objeto amoroso e único doador de segurança e amor incondicional.

Tomamos como ponto de partida do desenvolvimento psíquico inicial, o estado primitivo de indiferenciação, onde vigora uma forma primária e sensorial de metabolizar o proveniente do mundo externo para o incipiente aparelho psíquico (os estímulos corporais e os do mundo externo). As sensações polares prazer-dor outorgam uma primeira organização. Determinam a criação de um espaço mental e corporal de funcionamento primário, guiado pela lógica das emoções, que Piera Aulagnier (1975) descreveu como funcionamento originário².

É inscrito como representação de emoção. Nesse estágio, os objetos parentais fornecem a assistência imprescindível, sendo eles que devem levar a cabo, por e para o bebê, todos os atos necessários (ação específica) para sua sobrevivência, pelo que se transformam em responsáveis pelo prazer e pela dor. Deles depende a resolução das necessidades primordiais, vinculadas à autoconservação (sede, calor, fome), também provindo deles os estímulos dolorosos. Isso no leva ao parágrafo seguinte.

O assistente

É o registro do objeto, em sua condição de prazeroso, como derivado da vivência de satisfação.

Porém, o mesmo pode se converter, em outro momento, em gerador de dor, isto é, derivado da vivência de dor³.

O Objeto Único possui uma dupla inscrição vincular, no bebê, como desejo peremptório de contar com um Objeto Único e, neste último, como um desejo de se instalar como tal para um outro, no qual foi projetada a qualidade de indefeso. Dessa maneira, o ego e o outro se instalam em um vínculo de completeza, no qual não cabe a dúvida. A satisfação peculiar, obtida ao ser-se considerado assistente único, pode oferecer a ilusão de uma relação objetal, mas facilmente se transforma em um engodo narcisista. Parafraseando Freud, converte-se em sua majestade o assistente. Este modelo vincular é reativado em momentos de extrema desproteção, sempre existindo a disposição de se ligar associativamente com o desamparo originário.

Tanto nas crises vitais como nas desencadeadas por conflitos, pode ser renovada a demanda de um Objeto Único assistente. Também pode ser ativada a necessidade de ser um Objeto Único messiânico para um outro desamparado, procurando-se restabelecer a organização vincular que isto determina. Leva o traço de infantilizar o outro, por necessidades megalomaniacas do ego.

Instala-se um vínculo baseado no anseio de dar e receber uma proteção adequada, durante as situações críticas. O conflito transforma o anseio em uma exigência voltada para o objeto. Embora este tenha sido escolhido por suas características, oferecendo um apoio às qualidades que o situam em posição favorável para ser considerado objeto natural protetor (único), o índice de realidade irá fornecer a informação a respeito das condições do outro para desempenhar essa função (relação objeto-objetivável). Dessa forma, é possível estabelecer a diferença entre desamparo originário e desproteção. O intercâmbio baseado na proteção mútua está incluído implicitamente no contrato matrimonial e também em alguns enquadramentos peculiares, como por exemplo o enquadramento de amigos.

O bebê investe narcisicamente os objetos e estes, complementariamente, investem-no narcisicamente, como importante. Para o bebê, a mãe é imprescindível. Para a mãe, o bebê é apenas privilegiado, embora parcialmente e em relação com sua feminilidade, seja ele o mais importante símbolo de sua capacidade de criar. É, no começo, parte de seu próprio corpo, que pode cuidar e reconhecer. Os ranços narcisistas e a fonte de prazer que lhe outorga ser "tudo" para o outro, em uma relação assimétrica, leva-a a reforçar a crença no mérito de sua função. No casal, o fato de ser reciprocamente mais importante para o outro, genitualmente, facilmente pode se confundir com o modelo primitivo.

Provavelmente, a instituição da monogamia, em algumas culturas, apoia-se na força e na persistência do anelo de contar com um Objeto Único. Traz em si uma mensagem ambígua e contraditória.

O Objeto Único não há de ser o determinante exclusivo da monogamia, embora sua força seja obtida, como em outras condições, da coincidência de uma prescrição social com uma condição libidinal primária. Possui o mesmo vigor da ameaça de castração, cuja eficácia deriva não da regra, mas de sua instalação e concordância com o período de desenvolvimento libidinal, regido pelo genital. Nas culturas onde a norma é a poligamia, é possível supor que uma das mulheres é marcada como tendo o privilégio de Objeto Único. Isso nos lembra a análise de Lévi-Strauss (1948) sobre a proibição do incesto entre os faraós. Em geral, as irmãs podiam ser escolhidas para matrimônio, mas uma delas — a mais velha — ficava excluída, com o que se obedecia à norma do tabu do incesto.

O doador de significados

Os objetos parentais são dotados, simultaneamente, da capacidade identificatória de compreender, significar e dar sentido aos desejos do bebê. Fazem-no devido à disponibilidade do contato inconsciente e dos modelos analógicos veiculados por uma elaboração secundária e racional. É preciso

dispor, simultaneamente, desses níveis de funcionamento para discriminar, com o mínimo de signos, as necessidades e exigências do bebê. Criam um estilo de comunicação que, para um observador externo, é incompreensível e excludente. Embora os pais aparentemente decidirem as necessidades do bebê, fazem-no depois de propor e atribuir a elas seus próprios significados, baseando-se na suposição de serem os mais adequados para ele. Isso se deve à pobreza da linguagem verbal do bebê e ao predomínio da linguagem pré-verbal, nessa época da vida. Para ele, as emoções não têm acesso à linguagem verbal, derivando das representações pictográficas já citadas.

A significação provém, no princípio da vida, do ego externo materno, como um enxerto de seu psiquismo instalado na mente do bebê. A semantização, feita pelos objetos parentais às emoções do bebê, impede a possibilidade de conhecimento de outras que poderiam ser próprias do sujeito recém-nascido. Opera uma clausura de disponibilidades de semantizar, que nunca foram conhecidas. Esses conteúdos sofrem o impacto daquilo que Piera Aulagnier chamou de violência primária⁴.

A esse preço, o outro irá se instalar como capaz de significar, quando se acha investido da qualidade de Objeto Único. Depois, sua repetição provoca no ego sentimentos correspondentes à intrusão.

A transferência adquire suas características, quando o analista se instala no lugar de Objeto Único. Na base de um conhecimento da significação inconsciente, é-lhe atribuído o lugar do saber completo e sua contraniedade desilude e irrita o paciente.

O embevecimento dos enamorados, quando se sentem mutuamente compreendidos, também reforça aquela experiência. Depois, na vida do casal, com frequência se repete a demanda ilusória dirigida ao outro, instalado como Objeto Único, capaz de compreender ou nomear, não obstante os sucessivos fracassos dessa ilusão (ser único para o outro ou possuir o Objeto Único). Também irrompem as manifestações de violência na vida do casal, quando são ligados com aspectos incompartilháveis do outro, ao qual tentam forçadamente dar uma significação.

Aquele Objeto Único, capaz de significar, no começo da vida, tinha o compromisso humanizante de favorecer o desenvolvimento do bebê, considerada sua condição de desamparo, enquanto que o objeto amoroso é um derivado afastado do Objeto Único, escolhido para estabelecer com ele uma relação de reciprocidade e simetria.

O doador de indicação

O aparelho psíquico em formação recebe índices exatos para diferenciar os estímulos provenientes do mundo exterior dos que são internos. Freud (1915)

O doador de temporalidade

É função do outro, além de indicar e dar uma organização posicional ou topológica, dar uma ordenação temporal. O bebê consegue uma primeira ordenação, mediante a vivência da sucessão de um antes e um depois, obtidos pela passagem da ilusão de uma eficácia direta (desejo, portanto tenho), ao conhecimento de uma eficácia indireta (desejo, portanto devo esperar pelo objeto propício), ligada a índices de realidade e a uma satisfação sempre postergada, enquanto contrária à equação desejo = ter. Exige um sistema de sinais, indicadores do sentido de realidade crescente.

A diferença geracional fornece uma outra ordenação temporal; o "quando tu fores grande", antecipado pela mãe, se transforma em "quando eu for grande", possibilitando o acesso a uma primeira temporalidade futura. Os pais também são os transmissores do passado e o bebê, mediante a narrativa de fatos, incorpora-se aos mitos que contêm as balizas da organização familiar.

Com a inclusão da noção de tempo, é incrementada a assimetria e a noção de diferença. Mais uma vez, pede-se ao Objeto Único, aquele encarregado de estabelecer um ritmo estável, implementar a repetição do ciclo satisfação-frustração e instituir o primeiro projeto vital.

Na vida do casal, a antecipação do futuro e a inclusão da temporalidade na estrutura compartilhada, é o resultado do projeto vital. Definimo-lo como uma construção imaginada de um futuro transformado em meta a atingir por e para o casal. É formulado com base nas experiências realizadas e em função da avaliação dada pelo princípio de realidade. Inclui repetições de fontes de prazer, bem como condições ligadas ao desconhecido. Partem de uma suposição, isto é, de que o sistema de opções entre ambos os membros do casal irá levá-los a conservar e criar uma ordem de acontecimentos cada vez mais complexos e de maior crescimento mental. O passado reaparece através das datas-chaves, como aniversários do primeiro encontro, da primeira relação sexual, transformadas, muitas vezes, na lembrança, em fontes de conflitos e necessidade de reassseguramento. É repetição ou recordação e elaboração?

Os objetos parentais estabelecem uma ordem de acontecimentos constitutivos, dada a existência de opções com as quais é possível selecionar entre várias respostas possíveis. A criança possui a opção de realizar transformações pessoais, graças a suas disposições inatas. Pode rechaçar ou aceitar as opções propostas. Os objetos parentais também podem aceitar ou rechaçar as opções da criança, e assim sucessivamente, o que nos leva a uma reformulação. A função de indicação é um fator de enriquecimento mental para ambos os membros da diáde mãe-filho. Seu fracasso é um fator de enlouquecimento mútuo. Os pais criam condições enlouquecedoras para o filho, quando lhe transmitem situações contraditórias, o que impede a possibilidade de cresci-

descreveu como ego real primitivo aquele que estabelece índices precisos, derivados da ação muscular, mediante os quais organiza a diferença entre interior e exterior, ego e não-ego.

Pode-se conceber um sistema primitivo de representação do corpo e do não-ego, baseado em estímulos sensoriais jamais transmissíveis em palavras. O ego parental enxertado fornece seus indícios e os pressupõe, com maior ou menor aproximação, adequados ao filho, com os quais este opera sua incipiente função de indicação. Ele recebe um sistema de representação verbal e pré-verbal, até que se torne capaz de formular com mais precisão os seus.

O Objeto Único irá indicar o ego como desejante, depois de se constituir como aquele que protege o ego nascente da aniquilação e do desamparo. Indicá-lo-á como residência dos próprios desejos, constituindo-se, por sua vez, em Objeto Único desiderativo, indicação que adquire sentido em um contexto único.

Na relação amorosa, configura-se um contexto compartilhado, no qual existe uma situação recíproca de ego desejante e objeto desejado, suscetível de ajudar na realização do desejo do outro. No estado de enamoramento, as exigências contextuais se baseiam em estipulações diferentes das de períodos ulteriores. Nessa etapa, é reeditada a necessidade de um contexto único, no qual não existam diferenças. Posteriormente, as novas demandas, dadas pela cotidianidade, pela presença dos filhos, etc., rompem essa ilusão. Surgem as diferenças e destas a indicação de reformular o contexto único, para dar lugar a indícios diante da perda do sentimento de relação, proporcionados pelo contexto único, instalado ilusoriamente, de forma espontânea. Para conservar o Objeto Único em algum setor, alguns integrantes do casal recorrem à relação de amantes. Consideradas as condições inerentes a esse tipo de vínculo, conseguem manter a ilusão da existência daquele objeto. Nesse novo enquadramento, haveria não só a exclusão de um terceiro, como é considerado classicamente, como também o desconhecimento de sua existência como um segredo prazeroso, para concretizar a fantasia do Objeto Único. É um dos fatores, por meio dos quais, quando reaparece o terceiro, surge o caráter de escândalo, de irrupção violenta. É ele que delata a incompletude. A ruptura de toda relação dual e especular é vivida como a intrusão violenta do olhar do outro, que denuncia o caráter primitivo desse tipo de abastecimento, pois, por sua vez, a relação dual e especular é mantida com base no olhar ou em criar condições nas quais o que olha não saiba onde está vendo.

Este enfoque é um desenvolvimento de nossas observações a respeito do significado da relação de amantes, como se pode ver no capítulo I.

Na relação de casal, mantém-se uma exigência latente, a de que o outro atual funcione à semelhança daquele outro primitivo, cuja função era tirar o ego infantil da discriminação, da incerteza. Como se fosse necessário obedecer a um princípio geral: a diferenciação, a discriminação e a indicação sempre provêm do outro.

mento mental. Sua dor pode ser evitada pelo filho, que procura então "ser enlouquecido". A intolerância à dor mental leva-nos a optar por nos refugiarmos na indiscriminação e fusão com um objeto parental, forçando-o na posição de único, com o que o filho pode enlouquecer, ao estereotipar o objeto mais regressivamente, sem ter a possibilidade de indicar para o mais progressivo. Isto é, por sua vez, enlouquecedor para os pais. Gera-se assim um contexto no qual circula a significação psicótica.

Todo casal parte de uma escolha mútua e recíproca, baseada em fatores conscientes e inconscientes. Propomos a hipótese de que um dado membro do casal "escolheu" (pode optar, sem o saber) por um outro "enlouquecedor" e concordam em conviver em um vínculo cuja marca é "enlouquecer". É em sua condição de Objeto Único que ao outro do casal é atribuída a capacidade de enlouquecer. Equivale a manter os estereótipos e as formas infantis de funcionamento. Reclama-se do Objeto Único que se ponha, automaticamente, em posição favorável, sem intervir uma ação modificadora do ego. Nos casais cuja evolução inclui o reconhecimento do outro, em sua condição de diferente, a busca do objeto, para atingir uma ação específica, leva, implicitamente, à aceitação da necessidade de utilizar indicadores e signos adequados. Só assim o objeto conhecerá o desejo do ego de se pôr em posição favorável.

O doador de função semiótica

Os objetos parentais devem ser capazes de diversificar signos e estabelecer paulatinamente uma relação de um a um entre signo e significado. Quando o bebê chora de medo e a mãe lhe oferece alimento, em vez de diversificar, reúne vários signos para um mesmo significado, assentando as bases para a angústia confusional.

Para o estabelecimento de um casal, é necessário que ambos tenham a capacidade de diversificar os signos, o que em geral se produz na passagem da etapa de enamoramento para a relação de objeto-objetiva. É um caminho doloroso, porque deverão ser isolados os significados, para se encontrarem os signos apropriados, diferenciados ou discriminados. O germe de mal-entendidos é não poder realizar essa função significante, o que remete a uma angústia confusional primitiva.

O doador de função antecipatória

O objeto parental está encarregado de prever o mal-estar do outro. A antecipação ao surgimento da necessidade amortece a força da angústia, sinal ameaçador da precária organização mental, e apazigua a vivência de aniquila-

mento, relacionada com a queda na solidão, possibilitando a introjeção de um objeto confiável.

Quando o bebê sente um mal-estar que o surpreende e não sabe nomear, necessita, para se opor ao sofrimento, uma representação de alguém que conheça os meios de aliviá-lo. Na passagem pelo outro, irá receber uma indicação, e a estabilidade na repetição de tal indicação, em um contexto reproduzível, começa a dar sentido ao processo iniciado com esse mal-estar sem nome, associado à dor.

Sobre esta base, é freqüente que se estabeleça nos casais a suposição pela qual o outro deve conhecer e se antecipar aos desejos do ego, obtendo uma qualidade de prazer superior à derivada da resposta a um pedido formulado. Este plus, fornecido pela antecipação, provém da segurança ilusória de acreditar que o outro está sempre situado na mesma posição.

Nos casais, quando o outro é investido da exigência de antecipação, dotada agora das características de Objeto Único, pode-se prever uma predisposição à queda em estados de caos e indiferenciação. As dependências inerentes ao vínculo de casal criam as condições para sustentar-se a ilusão de uma saída da situação caótica, reclamada peremptoriamente ao outro, como Objeto Único. Essa aspiração, com sua característica de exclusiva, anula a triangularidade.

Podemos supor um duplo registro operando na mente, sempre de acordo com o ponto de vista, ou seja, da posição de ego-sujeito e da posição de um ego observador, identificado com o modelo da mãe que olha a diade mãe-identificante-bebê.

A partir do ego-sujeito, representará a si mesmo indiscriminado do outro, representação sincrética, que explica seu vínculo com a representação de um Objeto Único, exclusivo, sem terceiros. A partir da mãe, como assistente, instala, por uma espécie de identificação narcisizante (contágio emocional), em um lugar de onde pode entender e captar as necessidades e desejos do lactente, com o que é reeditado um estado sincrético primitivo. A repetição das primeiras experiências de satisfação fornece uma discriminação: em termos de lugares, onde se dá a ação específica e onde transcorre o desejo. Ao delimitar um lugar, é gerado outro alheio e depois um terceiro. O sujeito adquire os primeiros índices de realidade vincular e mental, e depois um reconhecimento dos elementos que o compõem.

A partir de um ego-observador, a mãe se instala, para o bebê, como um terceiro ao qual não tem um acesso total. Fornece, dessa forma, um primeiro modelo de representação de um lugar, que irá se transformar em terceiro excluído da relação pai-mãe, casal parental concebido sucessivamente como narcisista e objetal. Em um primeiro momento, a mãe se situa, simultaneamente, em uma identificação com o bebê, é ele, como já dissemos, e, por sua vez, em observadora de seu vínculo com ele, triangulando a relação que a ilusão do

Objeto Único tinha anulado. É a partir de um outro materno-paterno que o bebê recebe a representação do terceiro, observador primeiro, logo excluído e regulador do código, no qual o ego-sujeito está incluído e por quem é atravessado.

A perda da representação de Objeto Único dá lugar ao advento de um objeto diferente e é a antecipação do reconhecimento da diferença de sexos, o que inaugura o segundo componente da plataforma inconsciente, que iremos estudar, de acordo com as vicissitudes do complexo de Édipo.

A DUPLA ESTRUTURA EDÍPICA

Na constituição do casal, são determinantes fundamentais a evolução do narcisismo, que desenvolvemos ao redor do Objeto Único, e a resolução, dissolução ou, ao contrário, o recalçamento e a persistência do complexo de Édipo. Por sua vez, estes dependem tanto da conjunção das disposições individuais como do tipo de estrutura familiar. Dela resulta tanto a modalidade de relação com o Objeto Único, como as modalidades de evolução do complexo de Édipo.

Estrutura familiar

A organização familiar oferece modelos de constituição de casal, em sua dupla condição de casal (matrimonial) com relações sexuais, o que pressupõe a exclusão do terceiro, lugar-filho, e de casal de pais, na relação com os filhos, onde o aparentemente excluído é a sexualidade.

Do ponto de vista manifesto, a família contém a relação entre os pais, a relação destes com os filhos e relação dos irmãos entre si. Porém, essa ordem manifesta assume o sentido de uma ordem latente. Um de nós (Berenstein, 1976a) definiu a família como um conjunto composto de seres humanos ligados por quatro tipos de relações constitutivas do parentesco e ocupando um espaço inconsciente virtual: a relação entre marido e mulher (vínculo de aliança), a relação entre os pais e os filhos (vínculo de filiação), a relação que liga os irmãos entre si (vínculo de consanguinidade) e a relação que liga o filho do casal (matrimonial) com a família materna ou seu representante (vínculo avuncular²). Esta estrutura dá significado inconsciente às relações familiares.

As inscrições dessa ordem latente também possuem sua representação no mundo interno, que pode ser descrita como sendo a relação entre "papai e mamãe sem mim", quando se referem aos objetos parentais, com exclusão do

ego infantil, "papai e mamãe comigo", para a relação dos pais com o ego infantil, "papai e mamãe com os outros filhinhos-bebês-irmãozinhos", quando se refere ao ego e aos outros irmãos, "mamãe e esse outro duplo de mamãe", para a relação com o outro do objeto materno, em oposição ao objeto paterno, "meu tio materno, meu avô, avó, aqueles que não são nem papai nem eu". Esses vínculos estão ligados e representados por personagens na fantasia inconsciente e projetados em pessoas do grupo familiar ou extrafamiliar, e intervem nos modelos identificatórios componentes da plataforma do casal.

Essas denominações apelativas, próprias do mundo inconsciente, ocasionalmente revertem sobre o casal (matrimonial), que com frequência utiliza entre si denominações de parentesco. Por exemplo, a mulher chama o marido de "papai" ou "paizinho". Substitui-se dessa forma o uso dos nomes e/ou apelidos habituais por outro retirado da função parental.

A estrutura pré-histórica do complexo de Édipo

O termo "pré-história" foi utilizado por Freud (1921) em *Psicologia das massas e análise do ego*, sendo retomado depois em "As consequências psíquicas da diferença sexual anatômica" (1925). É o período em que se inclui a identificação carinhosa da menina com o pai, livre de toda rivalidade com a mãe. Freud não explica por que chama de pré-história da relação edípica a longa conexão pré-edípica com a mãe. Para nós, refere-se ao longo período, do qual não resta registro, ligado às representações de palavra. Na época do complexo de Édipo, está terminando a consolidação da barreira da censura, com a separação entre pré-consciente e inconsciente, estabelecendo-se firmemente os registros na memória, mediante signos verbais. Os acontecimentos da pré-história, no desenvolvimento infantil, também guardam um registro, mas não como documentos históricos, transmitidos mediante a palavra escrita, nem tampouco como mitos transmitidos pela palavra falada: são como pinturas rupestres do psiquismo. Talvez o corpo erógeno e o modelo do pictograma (Aulagnier, 1978), já mencionado, sejam o registro do pré-histórico.

A plataforma do casal possui uma parte do mundo mental compartilhado e compartilhável e outra zona compartilhável, embora não-compartilhada por este revestimento narcísita, sendo guardado como um refúgio onde o ego se aloja, ante as circunstâncias que frustram a ilusão de ser e ter o Objeto Único. Também existe um espaço não-compartilhado, a história e a estrutura individual anterior à instalação do casal, abrangendo as identificações infantis. É aquele que se realiza, quando os casais contam um ao outro como eram quando crianças, olhando as fotografias ou tentando imaginar o mundo objetal e contextual do outro. Por fim, existe uma zona mental não-compartilhada e não-compartilhável, cuja percepção é fonte de sentimentos de solidão objetal e de

a escolha de objeto exogâmico. A segunda alternativa inclui um obstáculo no reconhecimento da diferença de sexos e, a partir disso, na escolha de objeto semelhante ou indiferenciado, logo escolha de objeto endogâmico. Para instalar a diferença de sexos, é necessário que o pai imponha a proibição, através da ameaça de castração. Porém, antes deve separar a mãe de seu objeto narcisista, ligando-a em um vínculo com ele. A persistência do objeto narcisista da mãe é uma constante nas relações com funcionamento psicótico. Neste sentido é que o complexo de Édipo, em sua estrutura pré-histórica, possui quatro termos, e sua persistência o converte no complexo nodular da psicose (Berenstein, 1982b).

A mãe, ligada a seu duplo, desconhece o código paterno. O pai é sentido, por sua vez, como alheio à mãe, pois fracassou na tarefa de desligá-la de seu duplo narcisista. O pai passará a ser um objeto supranumerário e prescindível. Para não ser como ele, a opção é se identificar com esse objeto narcisista da mãe. Irá buscar uma mulher que signifique uma mãe com a qual manterá um acordo inconsciente de fusão ou indistinação. Alguns casais matrimoniais consultam, desejando se tratar, para recuperar esse acordo inconsciente, baseado em indistinação e indiferenciação ilusória não-compartilhável com os sucessos da vida, como o nascimento de filhos, a necessidade de diferenciação e relação com o mundo exterior. Nestes casos, o marido, depois pai, passa a fazer parte como um irmão-filho da família materna. Incorpora-se a esta, possuidora de um código narcisista com pouca ou nenhuma discriminação.

É preciso a passagem, transcurso e saída desta estrutura pré-histórica, para aceder ao significado da diferença de sexos, com a escolha de objeto exogâmico, própria da resolução do complexo de Édipo, do qual iremos nos ocupar no seguinte título.

A estrutura histórica do complexo de Édipo

Todo acordo inconsciente de casal (matrimonial) regula tanto as relações permitidas como as excluídas, dentro do contexto no qual adquirem sentido. Aquilo que é acordo, em uma etapa da vida de casal, pode se transformar em desacordo em outra, pela modificação do contexto correspondente às novas exigências vitais.

O acordo inconsciente inclui o ego infantil, em sua modalidade de resolução do complexo de Édipo. Na escolha de casal, o ego infantil está em busca de algum tipo de complementaridade. Combinam-se dois aspectos: em um, o envolvido no acordo inconsciente são as identificações (ser como quem), as escolhas de objeto (a quem ter) e as realizações de objetos (fazer como quem). No outro, cada um desses elementos se reordena ao redor de relações permitidas e excluídas (Berenstein, I., 1976b). Todo intercâmbio de casal, sexual, econômico ou de palavras é regulado por um universo de regras compartilhadas

intensa dor psíquica. Nesta última zona, ligada aos registros pré-históricos, figuram as primeiras identificações, entre outras, as noções de diferença anteriores à instalações da diferença de sexos.

O ego se diferencia e se distingue progressivamente dos objetos que compõem seu mundo. Nas identificações precoces, está incluído o tomar o pai como modelo, para ser como ele, o que envolve converter-se em sujeito dos próprios desejos. Aquilo que era o ego se investe com ele e como modelo de pai e passa de ego a ego-sujeito.

O casal parental oferece dois modelos: o de sujeito desejante e o de objeto desejado, ligado em diferentes relações, uma das quais é a relação de reciprocidade. Em um primeiro momento, o ego também é um objeto desejado pela mãe e, simultaneamente, o pai se oferece como modelo-desejante. O narcisismo infantil configura uma representação do casal parental que o inclui: "papai e mamãe comigo e para mim".

Em um segundo momento, o ego se liga, simultânea e sucessivamente, com um par onde cada um é sujeito desejante e objeto desejado por ele e pelo outro. O ego incorpora, por identificação introjetiva, ambas as posições. Esta interação permite configurar no mundo interno um objeto-representação precoce e casal parental, em uma relação de reciprocidade-desejante-desejado, com a qual se liga o ego infantil.

Os ciúmes infantis, a projeção do próprio narcisismo sobre os irmãos, configura outra representação complementar do casal parental, com os outros em posição de irmãos (a relação papai e mamãe com os outros bebezinhos e irmãos). Portanto, existe um modelo de casal parental "para mim".

Outro "fora de mim", e um terceiro modelo, que inclui os outros em posição de exclusão, por onde passa o mesmo ego.

Nas identificações precoces, quando a criança toma como modelo o pai desejante, este lhe mostra o caminho do objeto desejado, a mãe. Da mesma forma, quando a mãe é tomada como sujeito desejante, o pai é o objeto desejado. Para o filho se identificar com o pai do mesmo sexo, leva-o também a incorporar um modelo de reciprocidade, desejo e ser desejado pelo outro. Há uma segunda alternativa, o pai deseja a mãe, mas esta não o deseja. Isso ocorre, quando a mãe deseja seu objeto narcisista, projetado em algum representante de seu mundo infantil, seu irmão, papai ou mamãe. A identificação com estes objetos narcisistas maternos propõe ao ego um caminho contraditório. Ser como quem? Como o pai desejante, como aquele que a mãe não deseja? Ou como o objeto narcisista da mãe, pelo qual a mãe é objeto desejado, mas não sujeito desejante do pai? Quando se identifica com o pai, defronta-se com o penoso dilema de não ser desejado pela mãe. Quando se identifica com o tio-irmão-objeto materno, passará a se instalar como um objeto narcisista da mãe. A primeira alternativa inclui, depois de instalada a diferença de sexos, a escolha de objeto diferente e, por esse caminho,

a respeito do permitido e do excluído, categorias referentes a valores pertencentes ao ideal do ego-superego. Em cada etapa da vida ou no transcurso de um tratamento psicanalítico de casal, estas categorias podem sofrer permutas. O excluído, em um período da vida, pode se transformar em permitido, e vice-versa.

Na etapa de enamoramento, cria-se um acordo ilusório de concordância máxima entre o permitido e o excluído, para cada um, embora ainda não possua um significado genital. Se o adquire logo, o casal evoluirá para o crescimento mental e a complexificação vincular.

Quando o permitido e o excluído não concorda, em cada membro do casal, surge um conflito de grandeza e conteúdo variáveis. Quando surge uma inversão, onde as identificações, escolhas e realizações excluídas se instalam como permitidas e inversamente as permitidas passam à categoria de excluídas, o casal evolui para o não-crescimento, a fim de conservar as identificações infantis e os objetos incestuosos. Pode não representar um conflito até a ruptura desse equilíbrio ilusório por uma das circunstâncias vitais.

Como já dissemos antes, organizadas as primeiras diferenças entre o ego e o não-ego, entre o ego e o outro e entre os outros, são logo classificadas como diferença de sexos, adquirindo significação genital. Cada criança escolhe, como sujeito sexual, o genitor do mesmo sexo com o qual se identifica introjetivamente, para ser como ele e escolhe para ter como objeto o genitor de sexo contrário. As motivações são diferentes no menino e na menina, bem como os passos intermediários da identificação e a escolha de objeto. O impedimento para realizar a relação com o genitor desejado volta o menino para o genitor do mesmo sexo, para fazer como ele, isto é, realizar-se exogamicamente. O fazer é apenas um aspecto da identificação, porque o modelo de fazer também é tomado do genitor do mesmo sexo, genitalmente.

Além das categorias propostas, nas quais diferenciamos o permitido do excluído, introduziremos agora as categorias de proveitosa e nociva, bem como as de não-proveitosa e não-nociva, enquanto que, para as escolhas de objeto, falaremos de desejadas e temidas, não-desejadas e não-temidas. Para as realizações, tomaremos as categorias de prescritas e proibidas e não-prescritas e não-proibidas.

Quando o filho toma o pai do mesmo sexo como modelo genital, vai no caminho de uma identificação proveitosa, apontado pelo uso do pênis no homem e da vagina, na mulher. Há uma concordância máxima entre o corpo biológico e o corpo erógeno. No enquadramento matrimonial, a diferença de sexos continua e reformula as identificações anteriores. Chamaremos de nociva a identificação genital com o genitor de sexo contrário, porquanto deveria adequar o uso de seu corpo a um genital diferente e adaptar, fantasisticamente, o uso da representação de seu corpo à maneira do genitor do sexo oposto. A identificação não-proveitosa ocorre quando toma o progenitor do mesmo sexo como modelo para outros aspectos que não o genital. Não-proveitosa, a partir

do enquadramento da diferença de sexos e a correspondente assunção do masculino, para o varão, e o feminino, para a mulher. A identificação não-nociva é feita com o pai do sexo oposto, mas não no genital. O objeto de escolha infantil permitido se constitui em desejado. Coincide com o que deseja o genitor do mesmo sexo, quando este foi tomado como modelo. Quando o objeto de escolha recai sobre aquele marcado como excluído, converte-se em uma escolha temida. O pai permitido da identificação é o pai excluído na escolha.

No varão, é temida a escolha genital com o pai do mesmo sexo, porque o leva, por via da identificação com a mãe, a expô-lo à ameaça de castração. Na menina, a escolha genital da mãe é temida, porque significa, para ela, a possibilidade de perder ou desprezar o pai, confirmando a fantasia de esvaziamento de seu interior.

Esta etapa das crianças está marcada pela percepção de uma dupla diferença sexual: entre meninos e meninas, e outra, entre o casal parental, quando hierarquizam as diferenças de sexos entre o papai e a mamãe.

Existem casais, cujo pacto inconsciente se baseia em uma escolha de aspectos temidos e exclusão dos desejados. Por exemplo, para o varão, escolher uma mulher fálica e castradora e, para a mulher, escolher os aspectos femininos e castrados do homem: relação possível, enquanto o acordo exclui os intercâmbios genitais, que serão substituídos pela ternura sem genitalidade.

A escolha pré-genital do pai do sexo oposto figura como não-temida, embora envolva continuar nessa etapa, quando deveria se produzir uma escolha genital. Trata-se de uma escolha não-desejada, quando esta recai sobre o genitor do mesmo sexo, sendo fonte de futuras complicações.

Com o desenlace do complexo de Édipo, constituem-se as escolhas exogâmicas e suas normas são as mais próximas dos valores sociais; envolve a busca do objeto próprio do ponto de vista dos mandatos registrados no superego e com os valores hierarquizados no ideal do ego. A realização prescrita é a genital com um objeto de sexo oposto, enquanto não incluir o genitor, irmão ou familiar consanguíneo.

As relações esposo-esposa, depois casal parental, constituem uma realização exogâmica, pois não se casaram com seus respectivos pais. Este é o modelo prescritivo de realização exogâmica para os filhos. As realizações genitais com os genitores são proibidas, porque levam ao incesto.

OS ACORDOS SOCIAIS: BREVE COMENTÁRIO

Além das identificações e escolhas de objeto, que integram a genitalidade e o desenvolvimento do corpo erógeno, mencionaremos as resultantes da

elemento pertencente a um todo que o reconhece como uma parte que lhes é homogênea".

"O grupo também espera algo do sujeito. Estabelece-se entre o grupo e o sujeito um pacto de intercâmbio... O grupo assegura a transferência, sobre o recém-chegado, do mesmo reconhecimento de que goza o que desapareceu, e o novo se compromete a repetir o mesmo fragmento de discurso". Existiria nesses conceitos uma idéia de continuidade entre morte e vida, na qual todo nascimento substitui, na fantasia, a um falecimento.

Este pacto, entre o grupo e o sujeito ou ego, como nós o chamamos, possui um componente inconsciente, fazendo parte dos acordos inconscientes do casal. Embora ambos os membros do mesmo sejam portadores de uma linguagem, mediante a qual transmitem valores inconscientes, o de ambos nunca poderá ser idêntico. Pode, então, chegar a se transformar em barreira intransponível para o casal, quando os valores sustentam enfoques vitais ou pontos de vista irreconciliáveis. Em outros casos, as diferenças se organizam à maneira do ideal, que protege um dos membros do casal contra o perigo de repetir experiências traumáticas, que atribui à sua origem sociocultural. Como dissemos, o "sujeito ideal" transcende os limites da família de origem e transforma cada indivíduo em portador de um mandato de continuidade histórica e da espécie. Transmite-se, em seu aspecto consciente, através de mitos, ritos e tradição. É uma maneira de pensar o mundo, um ponto de vista a partir dos valores ideológicos, científicos e éticos.

Outros aspectos dessa representação são os que constituem as normas, que, neste caso, são distributivas de papéis e hierarquias estruturantes da identidade social (Puget, J., 1982). Normas e valores que indicam a respeito do fazer, ser e ter como ser social. O indivíduo poderá se projetar em um futuro e passado no qual sua existência, sua origem e sua pessoa adquirem uma significação, que vai além dos vínculos familiares. Desta forma, obtém um organizador da continuidade histórica.

Nem sempre os valores escolhidos para a identificação levam a pertencer ao conjunto de uma mesma maneira. Em nível do macrogrupo social, permite diferenças grupos ideológicos, religiosos, científicos, etc., como se a sociedade tivesse meios para suportar as diferenças, organizando-as, enquanto tais diferenças, nesse microgrupo que é o casal, podem se constituir em fratura e impossibilidade de adquirir uma linguagem compartilhada. No entanto, acreditamos que, em muitos casos, existe a seleção inconsciente, que possibilita um acordo com base na semelhança ou complementaridade e, dessa maneira, culmina seu aspecto de saída exogâmica. Em outros casos, o choque entre modelos familiares, descartado na etapa do enamoramento, transforma-se em permanente fonte de conflito, ou os modelos se situam no espaço não-compartilhado, antes mencionado como existindo em cada casal.

representação sociocultural inscritas no aparelho psíquico, a partir das quais o indivíduo interage com o meio, as quais intervêm fortemente na escolha de objeto matrimonial. Possuem uma existência inconsciente para os membros do casal, assunto pouco tratado na literatura psicanalítica, embora tenha sido preocupação de Freud, nos chamados Escritos Sociais. Pensamos que a teoria psicanalítica poderia ser enriquecida, se fossem levadas em conta essas representações e o funcionamento mental determinado por elas. Provavelmente, a psicologia social nos forneça hipóteses auxiliares, para a descrição e categorização dos observáveis. Também podemos supor que a dificuldade de incluir esse aspecto na teoria psicanalítica poderia ser devida a um tipo de recalcanço das angústias derivadas dos conflitos motivados pela pertença social, semelhantes à que, em princípios do século, opôs-se à aceitação das pulsões sexuais. A nossa é apenas uma tentativa de chegar a uma primeira conceitualização.

Piera Aulagnier se ocupou desse tema, reconhecendo nele a mesma dificuldade que nós. Enfocou a relação entre o meio social e a criança, detectando o estabelecimento de um pacto sustentado pela libido narcisista de investimento a partir do sociocultural, à custa de transformar o ego em sustentação de seus mandatos, definindo-o como "contrato narcisista".

Até agora, mencionamos o significado do casal parental, em sua dupla condição de esposos e pais. Acrescentaremos um terceiro significado, como pessoas ligadas ao conjunto do mundo social, que lhes outorga um espaço como casal. Recebem seu significado como transmissores de valores de uma instituição social. Seu sentido seria a continuidade histórica e da espécie, remetendo às grandes interrogações universais a respeito das origens. Tais valores organizam o possível, o ético, para cada grupo social e se constituem em ideologias. Em algumas pessoas ou grupos sociais, adquirem maior coerência e se transformam em pólos organizadores conscientes.

O grupo sociocultural também indica a respeito da maneira particular prescrita de constituição do casal e a transforma em intermediária privilegiada entre o recém-nascido e o macrogrupo social.

O nascimento do bebê poderia ser considerado uma realização, no que diz respeito à constituição do espaço previamente criado para ele na mente do casal e do meio social. O bebê adquire, simultaneamente, um nome e uma identidade social e, em algumas culturas, esta é registrada como ficha identificatória.

O meio social e seus valores também são um objeto do ego e o bebê e o casal parental são, por sua vez, um objeto do meio social. Nisto está fundada a diferenciação estabelecida por Piera Aulagnier (1978), quando chama esta representação de "sujeito ideal", pois acha necessário diferenciá-lo do ideal do ego e do ego ideal. Diz a autora: "Referem-se ao sujeito do grupo, à idéia de si mesmo que o sujeito pede ao grupo, como conceito que o designa como um

CASO CLÍNICO

Apresentamos uma primeira entrevista e alguns esclarecimentos sobre o tratamento psicanalítico de um casal.

O marido se chama Carlos e sua esposa, Lúcia. Esta marcou a hora para fazer terapia de casal, indicada pelo Dr. X, seu próprio irmão.

Chegaram pontualmente à consulta. A atitude, no início, era de uma amabilidade forçada entre eles, provavelmente devido à presença de um terceiro desconhecido, representado pela terapeuta. Não obstante, podia-se perceber um estado de irritação mútua, embora mais pronunciada no marido do que na mulher. Utilizavam, para se dirigir entre si, seus apelidos habituais. Quando, segundo o costume da entrevistadora, perguntou porque a consultaram, começou um intercâmbio para entrar de acordo sobre quem iria falar primeiro.

Esposa: — "Queres falar primeiro?"

Marido: — "Não, começa você".

Esposa: — "Mas, é melhor dizeres por que consultamos".

Marido: — "Não faltava mais nada, dá no mesmo".

Esposa: — "Mas você tem melhor memória".

Marido: — "Mas você lembra mais dos detalhes".

Isso se prolongou por vários minutos, durante os quais cediam a palavra e a prioridade do relato, um ao outro, mostrando manifestamente que era indiferente qual dos dois falasse. Finalmente, Lúcia o fez.

Um primeiro comentário a esse começo provém da estrutura da pré-entrevista, cujo centro é o telefonema. A indicação de um terapeuta pelo irmão da mulher, e aceito por ambos, indica a importância desse objeto na constituição do casal. Nossa hipótese é a de que, sobre a figura do entrevistador, vão ser projetadas as qualidades provenientes do irmão da mulher, além de objeto interno, em seu mundo interno, representação intra-subjetiva na estrutura do vínculo. Mais adiante, estender-nos-emos a respeito desse tipo de objeto.

Com certa frequência, alguns casais utilizam seus apelidos habituais desde o começo da entrevista, portanto, antes de se fazerem conhecer pelo terapeuta. Cria-se um clima de intimidade e familiaridade, diante da qual o terceiro ficará excluído. Seria esta a maneira de tratar o outro como um duplo narcisista? Essa particularidade, bem como a tentativa de chegar a um acordo, quanto a quem iria começar a relatar o motivo da consulta, é encobridora de outro acordo de natureza inconsciente. Fica evidente com um terceiro, cujo lugar deveria ser o do desconhecimento do verdadeiro acordo. Pode-se supor a existência de uma

norma inconsciente, segundo a qual as coisas importantes devem ser ditas pela mulher e escolhidas por esta. Lembrem-se de que o terapeuta aceito por ambos também era resultado de uma escolha, cujo ponto de partida tinha sido Lúcia, que recebera uma indicação de um objeto a quem estava ligada, seu irmão. Depois de tudo, as escolhas de objeto, nesse casal, tanto do terapeuta, como o fora do marido para Lúcia ou o da mulher para Carlos, estavam obedecendo a um modelo semelhante.

Podemos atribuir a dificuldade em responder à pergunta inicial à surpresa e falta de posicionamento diante do novo enquadramento definido pela terapeuta. É frequente se encontrar esse sentimento inicial. Neste caso, levou a entrevistadora a reformular a pergunta, atitude necessária quando se quer subsistir em uma condição de terapeuta.

Foi assim que lhes disse, quando estavam cedendo mutuamente a palavra, que qualquer dos dois ou conjuntamente poderiam informá-la.

Lúcia disse que se achava muito mal, devido a um desentendimento de longa data. Tentaram explicá-lo, mas não lhes foi fácil, apesar de conviverem com esse mal-estar durante longos anos. Tampouco foi fácil entender o motivo atual da consulta, porque os desentendimentos eram crônicos, embora tivessem aumentado nos últimos anos. Já estavam casados há vinte e dois anos.

O propósito de explicar um desentendimento parece uma falácia. Se fosse claro, já o teriam organizado defensivamente como um sintoma, à maneira de um relato encobridor ou uma racionalização. Portanto, este é o momento-chave da entrevista. Pudemos percebê-lo, através do registro contratransferencial de um sentimento de confusão. O mal-estar parece sempre ter existido no vínculo, de uma forma indefinida, reaparecendo agora no enquadramento terapêutico. No entanto, tinha adquirido uma qualidade nova, para que o mencionassem como motivo de consulta, embora sem poder precisá-lo.

Lúcia tinha recentemente sofrido uma grave crise depressiva, desencadeada nas últimas férias anuais. As férias, com certa frequência, são um período crítico da vida dos casais. Podem ser investidas ilusoriamente, como se fossem uma volta ao estado de enamoramento. Para atingir esse objetivo, a cotidianidade e a dependência que ela determina, representada pelos hábitos da vida diária, fica como terceiro excluído. Quanto mais narcisista for essa ilusão, maior será o desencanto ao voltar das férias e ao voltar a ter contato com a cotidianidade.

Carlos e Lúcia têm uma relação impregnada de brigas e agressões físicas, mais frequentes com a passagem do tempo. Carlos é um marido irritável. Descontrola-se com facilidade e com frequência responde aos gritos. Lúcia, por sua vez, pede-lhe que não grite, porque as crianças estão presentes ou porque os vizinhos escutam. Estas precauções de Lúcia possuem uma qualidade particularmente irritante para o marido irritável, levando-o a gritar ainda mais.

Carlos também desperta mal pela manhã, pedindo que não falem com ele até a metade da mesma. Porém, as exigências da vida tornam impossível

marido afirmava que ela "queria" cuidar dele, com Lúcia afirmando que "tinha a obrigação de fazê-lo". Carlos afirmava, pertinazmente, que isso poderia ser feito por um outro membro da família, mas Lúcia sistematicamente descartava essa possibilidade, com diferentes razões, chegando a apresentar a ele, como evidência, ser ela a única pessoa capaz de cuidar do pai.

Não sabemos por que um e outro não aceitam essas proposições, mostrando-se fortemente envolvidos, pois continuam a discussão entre "devia" e "queria", sem chegarem a um acordo.

Carlos queixa-se de Lúcia, dirigindo-se diretamente à terapeuta, dizendo que ela falava com a mãe dela com muita freqüência, contando a ela tudo o que acontecia, tanto pessoalmente, como em sua relação matrimonial. Lúcia, enquanto isso, olha para a terapeuta, desaprovando Carlos e enfatizando que este não a entende. Por exemplo: "Ele se empenha nessa história de que 'eu falo com minha mãe' e não se dá conta de que, na realidade, estou preocupada com a doença de meu pai, que está gravemente enfermo. E eu, como filha, devo cuidar dele". Dessa maneira, tanto Carlos como Lúcia procuram estabelecer um vínculo de cumplicidade com a terapeuta, baseado na exclusão do outro. Tentam restabelecer, ilusoriamente, um vínculo dual, agora com a entrevistadora. Recordando a constelação do Objeto Único, antes descrita, Carlos exigia de Lúcia que agisse em função de assistente, transferindo isto para a terapeuta. Enquanto isso, Lúcia se queixava da falta da função de dar significado, que supunha dever vir do marido e, por sua vez, a partir dessa exigência ela olhava para a terapeuta, instalando-se ambos em receptor da ação de um Objeto Único, mas em diferentes funções.

Ao cabo de um certo tempo, morreu o pai de Lúcia. Foi uma outra circunstância a desencadear queixas contra o marido, por não tê-la acompanhando nesse transe.

Se observarmos essa formulação, iremos ver que é contraditória, pois é impossível acompanhar alguém que se instala como Objeto Único de outro (Lúcia-filha do pai), pela natureza excludente desse tipo de relação. A exigência de se sentir acompanhada requer a transformação em seu duplo. Porém, devido aos sentimentos de Carlos, dificilmente este teria podido se situar no papel solicitado-exigido por Lúcia, pois, por sua vez, durante seu desenvolvimento, tinha figurado como excluído na própria família. Quando, em um vínculo de casal, existe pouca diferenciação entre seus membros, fica perturbada a empatia baseada na identificação com o outro.

Lúcia estava muito preocupada, cuidando do pai. Enquanto isso, Carlos insistia em saírem juntos de férias. Lúcia se negava a isso, pois devia cuidar do pai. Sendo época das férias, o marido, depois de pressioná-la, decidiu ir sozinho. Talvez pudessemos considerar isso como uma tentativa fracassada de Carlos de criar, com violência, um espaço para o casal, baseado na exclusão da família de Lúcia. Para isso, teria sido necessário um prévio acordo profundo, seguindo o

respeitar esse desejo. Por exemplo, como os filhos vão à escola pela manhã, Lúcia pensa que este é o momento preciso para lhe apresentar os problemas vinculados com a escolaridade das crianças.

Carlos, durante a entrevista, diz incomodado: "Você sabe que para mim não se deve falar a esta hora da manhã". Como a esposa não atende a esta petição de princípios, têm uma discussão ou uma briga. Mas Lúcia também possui suas próprias petições de princípios. Por exemplo, responde-lhe que ele faz o mesmo. Deixa cabelos em sua escova de cabelo, quando sabe perfeitamente que não suporta isso, pois lhe provoca náuseas.

Se Carlos e Lúcia estivessem diferenciados, poderiam aceder a seus pedidos respectivos; atribuiriam-nos a uma particularidade diferente do objeto. Porém, Carlos diz a Lúcia que "o caso da escova não tem nenhuma importância porque, afinal, ele deixa poucos cabelos".

A agressão surge quando não conseguem manter um vínculo em estado especular. As brigas podem emergir em presença de um terceiro, representado pelas crianças, os vizinhos e na transferência incipiente, o terapeuta, a quem poderá ser inclusive, mais adiante, atribuído o motivo da agressão emergente no casal. O terapeuta pouco a pouco opera, triangulando a relação. Neste caso, acentua a diferença entre ambos e tende a pôr em evidência a relação narcisista que, por sua própria natureza, deveria permanecer oculta. Para atingir esse objetivo, devem acalmar o terceiro e anulá-lo como tal, ou pelo menos conseguir fazer com que não escute, veja ou entenda.

Dissemos, antes, que a relação narcisista se baseia em um vínculo com um Objeto Único, buscado como tal ou porque o ego necessita instalar-se como um Objeto Único desejado pelo outro. Uma relação desse tipo não pode subsistir sem uma série de acordos. O outro não é escolhido como um objeto diferenciado, mas como alguém encarregado de cuidar da manutenção desse investimento.

Lúcia deveria velar pelo retiro matinal de Carlos, necessário para evitar que fosse importunado pelos chamados da realidade. Em troca, o marido deveria cuidar da relação narcisista da mulher com o objeto representado pela escova, como possessão única e inpartilhável.

Os casais, em algumas circunstâncias, decidem que é o mesmo ou semelhante algo diferente por sua natureza e isso costuma corresponder a condutas psicóticas. Portanto, são respostas tendentes a enlouquecer.

No começo, ambos prometeram ser objeto único. As exigências da cotidianidade violam essa promessa. Tanto Carlos como Lúcia esperam uma compreensão automática evidentemente ilusória. Quando esta fracassa, são naturalmente realimentadas as queixas e a irritação.

No momento da entrevista, começa uma longa discussão a respeito da relação entre Lúcia e seu pai. O eixo passava por se "devia" cuidar dele (versão própria) ou se "queria" cuidar dele (versão de Carlos). Obstinadamente, o

qual a intenção de Carlos se transformasse em uma atuação inconsciente compartilhada. Na falta disso, a repetição redundou em fracasso, convertendo-se em mais uma repetição: com a ausência de Carlos, Lúcia ficou com o pai.

Em nossa experiência, a relação ilusória infantil, baseada na aspiração de contar com um Objeto Único, mantida na vida adulta, danifica o vínculo de casal e também os próprios aspectos infantis, necessitados de reparação no vínculo de casal.

Depois de uma longa e reiterada discussão, Carlos, no cúmulo da irritação e gesticulando, diz a Lúcia: "estou com a minha sogra até o pescoço, não a aguento mais e quero me separar". Neste momento da entrevista, o vínculo se impregna de mais confusão. Afastar-se do objeto representado pela sogra se resolve pela separação do casal (matrimonial). Esta solução-sem-solução inconscientemente significa uma tentativa de se distanciar de um objeto narcisista ilusório, indutor de sofrimento e de um tipo de funcionamento estereotipado, com perda para o ego e para o vínculo, provocando desesperança.

A acusação de Carlos a Lúcia, por esta estar ocupada com a mãe, possui um forte caráter projetivo, pois quem está ocupado pela mãe é o próprio ego de Carlos, e sua não-resolução toma o caminho das censuras. Todavia, como vimos quando falamos das identificações e escolhas de objeto, existe uma raiz de verdade. Carlos pode não saber que percebe a importância do vínculo de Lúcia com a mãe, com exclusão do pai.

Aos efeitos desse trabalho, acrescentaremos alguma informação parcial, para ilustrar os modelos identificatórios e de escolha de objeto, que levaram Carlos e Lúcia a formar um determinado casal e não outro. Carlos caracterizou seu pai como sendo um homem e marido violento, vinculado a uma mulher-esposa submissa. Então, este se constituiu como modelo identificatório, com predomínio das características não-genitais, levando-o a uma identificação não-proveitosa, a partir da qual escolhe uma mulher não-desejada. Os maus-tratos do pai irão transformar o objeto desejado-mãe em não-desejado. A mãe não-desejada obstrui o caminho para uma escolha de objeto genital. A escolha de um objeto não-desejado possui a vantagem infantil de acalmar internamente o pai violento.

Os pais de Lúcia constituíram um casal dos chamados classicamente de desavindos. A mãe manteve um importante vínculo com um duplo narcisista. Não desejava o pai, mas era desejada por ele. Situação embaraçosa. Identificada com essa mãe, Lúcia não pode interromper seu vínculo com a família de origem, da qual "deve cuidar", permanecendo ligada especialmente a um de seus representantes, o irmão, de quem partiu, precisamente, a recomendação da terapeuta. Dessa forma, repete o modelo identificatório com a mãe, identificação não-proveitosa, que propicia o não uso da genitalidade. O começo da relação com Carlos não a expôs aos avatares da mesma.

Carlos é um objeto ausente e não-desejado, como foi o pai para a mãe de Lúcia. Quando tentou, um tanto tardiamente, modificar essa situação na

relação matrimonial, fê-lo através de uma imposição violenta, por exemplo as férias, o que reforça mais ainda o vínculo de sua mulher com a família de origem. Apesar disso, algumas identificações possibilitaram um acesso mínimo à genitalidade, e esse tipo de complementaridade regressiva ameaçou destruí-la. É neste momento que recorrem à terapia de casal.

A frustração genital desse modelo vincular leva a um desequilíbrio crônico, cuja manifestação é aquele tipo de desentendimento difícil de explicar, ao qual se tinham referido na primeira entrevista.

O tratamento psicanalítico do casal oferece um enquadramento para o desdobramento das possibilidades identificatórias, de escolha e de ação objetal, a serem desenvolvidas no processo terapêutico.

Se o epílogo for estar melhor juntos ou se separar, só o dirá o conhecimento das condições próprias do outro integrante e do vínculo entre eles.

Notas do capítulo 8:

1. Uma primeira versão deste capítulo foi publicada na *Revista de A.A.P.P. de G.*, tomo VII, n.º 1, 1984.
2. Este funcionamento corresponde à representação pictográfica, que dá forma a um preceito pelo qual se apresentam no, e pelo originário, os afetos que sucessivamente o habitam. Toda representação sempre é auto-engendrada e será sempre indizível. O pictograma coloca em cena um esquema relacional, com o qual o representante se reflete como totalidade idêntica no mundo (P. Aulagnier, *Violência en la interpretación*, cap. II).
3. Freud S. (1895). *Projeto para uma psicologia científica*. "Suponhamos agora que o objeto que brinda a percepção seja parecido com o sujeito, a saber, um próximo. Neste caso, o interesse técnico é sem dúvida explicado pelo fato de haver um objeto assim, como o único poder auxiliador. Então, o ser humano aprende a discernir sobre o próximo".
4. Aulagnier, P. (p. 37, 1975). A mãe possui o privilégio de ser, para o bebê, o anunciador e mediador privilegiado de um discurso ambiente que transmite a ele, em forma pré-digerida e pré-modelada por sua própria psique, o permitido e o proibido, indicando a ele os limites do possível e do lícito. O discurso que a mãe dirige ao bebê leva uma dupla marca: o recalçamento que se operou nela e a situação da distância chamada de ego. É uma primeira violação psíquica.
5. Avuncular provém de *avunculus*, tio materno. (Lévi-Strauss, 1969).